SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 116 - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - COMPED

Dia: 15 de dezembro de 2025
Horário: 13:30h
Local: Casa dos Conselhos
Ata nº 116/COMPED

Conselheiros Presentes: Wagner Arruda – Secretaria Municipal de Saúde; Matheus Barbosa Bandeira – Secretaria Municipal de Assistência Social; Lucimara Vargas Branco - Secretaria Municipal de Industria, Comercio e Inovação; Analeia Terezinha Levitte – Secretaria de Planejamento e Mobilidade Urbana; Sheila Cristina Moreira Chaves Silva dos Santos – Associação de Pais e Amigos dos Surdos – APAS; Augusto Agostinho de Figueredo – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; Volsiú Waltrick e Vanilda Antunes Correa– Associação Serrana dos Deficientes Físicos; Valesca Letti Pellizzaro Camargo Almeida e Gisele Hintze – Ordem dos Advogados do Brasil – OAB e Vanir Peixer Lorenzini – Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC. **Justificativas:** Danyelle Ehlers - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e Maria Edurada Varela da Silva - Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC ***Ouvintes***: Suzana Duarte – Secretária Municipal da Mulher e Pessoa Idosa. **Pauta:** Abertura; Aprovação da pauta; Aprovação da ATA 115; Fala da Secretária Suzana Pereira Morais Duarte; Avaliação do Encontro Estadual dos Conselhos Municipais da pessoa com deficiência; Aprovação do cronograma e comissões de 2026; Aprovação do regimento interno; Correspondências expedidas e recebidas; Agenda Livre. **Desenvolvimento do Trabalho:** Aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, na Casa dos Conselhos, realizou-se a Plenária Ordinária e a presidente Analeia deu as boas-vindas aos presentes e colocou a **pauta e a Ata nº 115** para apreciação e **aprovadas por unanimidade**. Após secretária Suzana Duarte iniciou sua apresentação, primeiramente agradeceu o convite e apresentou o trabalho desenvolvido pela Secretaria de Políticas para Mulheres e Pessoas Idosas, que existe há oito anos e atua, prioritariamente, no acolhimento e acompanhamento de mulheres vítimas de violência. Informou que assumiu a pasta após a última eleição municipal, permanecendo há quase doze meses à frente da Secretaria, período em que foram implantadas mudanças administrativas, projetos e ações voltadas à efetivação das políticas públicas, destacando que a legislação só cumpre seu papel quando efetivamente executada. Em março, a Secretaria passou por reestruturação administrativa, incorporando as políticas para a pessoa idosa, inclusão, cidadania e produção artesanal, passando a atuar em três frentes: mulheres, pessoas idosas e inclusão/cidadania. No que se refere à política para as mulheres, destacou-se a ampliação do trabalho de acolhimento, que deixou de ser restrito ao encaminhamento à casa de apoio e passou a abranger ações de conscientização, capacitação, qualificação e fortalecimento da autonomia, visando ao rompimento do ciclo da violência. A casa de apoio acolhe mulheres em situação de risco iminente de morte, por até seis meses, mediante boletim de ocorrência e medida protetiva, com endereço sigiloso e regras específicas para garantir a segurança. No ano em curso, foram acolhidas 28 mulheres e 36 crianças. Foram relatados casos emblemáticos que evidenciam tanto a complexidade da violência quanto a importância do

acolhimento contínuo, reforçando que o papel da Secretaria é acolher, sem julgamento, quantas vezes forem necessárias. Também foi enfatizada a atuação integrada com a assistência social, Ministério Público e demais órgãos da rede de proteção. A Secretária ressaltou que todo o trabalho está fundamentado na Lei Maria da Penha, destacando sua relevância e eficácia, bem como outras legislações correlatas, como as Leis Carolina Dieckmann, do Minuto Seguinte, Joana Maranhão e do Stalking. Foram apresentados os tipos de violência previstos em lei e a importância de reconhecer e enfrentar todas as suas formas. Quanto aos canais de denúncia, reforçou-se a utilização do 190 para emergências e do 180 para denúncias e orientações, além do atendimento da Secretaria em horário comercial, com plantão 24 horas, inclusive via WhatsApp. Vizinhos, familiares e terceiros também podem e devem denunciar situações de violência. A conselheira Sheila questionou quanto a acessibilidade no atendimento a pessoas surdas, Suzana respondeu que a possibilidade de denúncias por mensagem, atendimento presencial e disponibilização de intérprete de Libras, quando necessário. Destacou-se, ainda, a construção de um protocolo específico de atendimento a mulheres com deficiência vítimas de violência, elaborado em conjunto com diversas entidades, bem como a articulação com representantes da área estadual para suprir a ausência de campo específico de identificação da pessoa com deficiência nos registros de ocorrência. Ressaltou-se a dificuldade na produção de dados e estatísticas e o aumento de casos envolvendo mulheres com deficiência, especialmente aquelas com deficiência intelectual, devido à maior vulnerabilidade. Foram relatados casos que evidenciam a violência psicológica, patrimonial e o controle excessivo travestido de cuidado, reforçando que amor não é controle, isolamento ou cerceamento de liberdade. Esclareceu-se que o boletim de ocorrência pode ser realizado de forma online ou em qualquer delegacia, possibilitando o acolhimento imediato na casa de apoio, mesmo antes da formalização da medida protetiva. A Secretária destacou resultados positivos do acolhimento, com relatos de mulheres que recuperaram a saúde, a autoestima e a autonomia, por meio de acompanhamento integral e cursos de qualificação profissional, como o programa Mulheres Mil. Por fim, abordou-se a persistência da violência e do assédio no mercado de trabalho, ressaltando a importância do registro e da denúncia, bem como a necessidade de fortalecimento contínuo das políticas públicas. Foi reforçado que hierarquia não pode significar abuso e que o respeito é obrigatório em todas as relações. Encerrando, enfatizou-se que a violência é aprendida e pode ser interrompida, sendo fundamental romper o ciclo para transformar o futuro. A Secretária finalizou com a mensagem de que "o amor não dói, em nenhum sentido", colocando-se, juntamente com toda a equipe da Secretaria, à disposição para acolhimento, orientação e atendimento. Procedeu-se à **avaliação do Encontro Estadual dos Conselhos Municipais**, Analeia registrou inicialmente agradecimento à APAS pela presença expressiva. Observou-se, contudo, que a participação geral ficou aquém do esperado, havendo discrepância significativa entre o número de inscritos e o público presente, sem identificação das causas. Ainda assim, o encontro foi avaliado como positivo quanto à qualidade dos debates, com discussões relevantes sobre o papel dos conselhos enquanto espaços de diálogo e construção coletiva. Durante a realização do evento, foram enfrentados entraves, especialmente de ordem financeira. Destacou-se a ausência de recursos previamente garantidos para o coffee break, o que gerou desconforto, sobretudo porque a coordenação precisou tratar da situação no momento da chamada da mesa de autoridades. Também foi apontada a necessidade de contratação de intérprete de Libras, serviço assegurado mesmo sem previsão orçamentária, resultando em uma dívida de R$ 1.400,00. Ressaltou-se que a

situação foi excepcional e que houve acordo informal com o profissional, que posteriormente solicitou retorno, sendo informado de que o tema seria deliberado em plenária. Vanilda mencionou que a decisão de não repassar recursos ao Conselho já havia sido tomada anteriormente, porém comunicada de forma tardia, impossibilitando reorganização financeira. Diante disso, foi sugerida a elaboração de ofício ao Ministério Público, solicitando a permanência dos recursos vinculados ao Conselho para viabilizar o pagamento das despesas assumidas. A secretária executiva prestou esclarecimentos técnicos sobre a prestação de contas, informando que realizou o encaminhamento inicial com a documentação disponível, considerando que parte dos arquivos não foi localizada. O processo foi enviado ao Ministério Público do Trabalho, em conjunto com a presidência ASDEF, e retornou com ressalvas, exigindo documentos complementares, registros fotográficos e esclarecimentos sobre aquisições de maior valor. Maria Claudia esclareceu que a prestação de contas é de responsabilidade da ASDEF, entidade executora do projeto, uma vez que os recursos estavam sob sua gestão. Destacou-se que, por se tratar de organização da sociedade civil, a ASDEF não integra a estrutura pública, cabendo-lhe integralmente a responsabilidade pela execução e prestação de contas, inclusive quanto a eventuais inconsistências. Foram reconhecidas falhas de comunicação e dificuldades decorrentes de transições de gestão, bem como equívocos na condução da verba, ainda que sem má-fé. Quanto à participação da ALESC, a secretária executiva esclareceu que o evento possuía caráter regional, ampla estrutura logística e organização própria, cabendo ao Conselho apenas o papel de apoiador. Avaliou-se, entretanto, que poderia ter havido maior clareza quanto às atribuições de cada parceiro, evitando retrabalho e despesas desnecessárias. Também foi ressaltada a importância do chamamento realizado pela AMURES e CISAMA que não haveria necessidade de concessão de material (pastas, canetas e blocos), já que a organização já disponibilizava, que apenas atuasse na ampliação e a divulgação da participação regional. Vanilda informou que do Feirão de emprego houve uma economia em relação ao orçamento inicial, resultando em saldo aproximado de R$ 10.700,00, o que gerou notificações para prestação de contas e preocupação quanto a possíveis entraves futuros e que conforme orientação do Ministério Público do Trabalho, é possível solicitar autorização para reutilização do saldo, mediante ofício formal, planilha detalhada e apresentação de três orçamentos, devendo-se avaliar a viabilidade de aditivo ao projeto e observar a origem dos recursos, provenientes de multas e indenizações relativas à Lei de Cotas. Maria Claudia reforçou que a importância da correta organização, o alinhamento prévio de responsabilidades e o cumprimento rigoroso das normas legais são essenciais para garantir transparência e segurança institucional. Valesca destacou que despesas já realizadas devem ser devidamente justificadas, com indicação clara de que se referem a evento anterior, acompanhadas de documentação comprobatória. No caso específico do intérprete, Analeia informou que os três orçamentos haviam sido solicitados previamente, o que possibilita sua utilização na prestação de contas. Caso não haja autorização para pagamento da dívida com os recursos existentes, deverão ser buscadas alternativas legais, sendo vedada qualquer omissão ou inadequação documental. Considerou-se, ainda, a possibilidade de elaboração de novo projeto para utilização do saldo remanescente ou, se inviável, a devolução do valor. Como proposta final, sugeriu-se que a entidade responsável solicite aditivo, efetue o pagamento da dívida existente e devolva eventual saldo, cabendo ao Conselho, posteriormente, elaborar projetos próprios, com orientação técnica, deliberação em plenária e responsabilidades bem definidas, evitando entraves futuros. Destacou-se a necessidade de planejamento antecipado

para os próximos anos, com formação prévia de comissões e articulação com parceiros institucionais. Na sequência, foi apresentada a proposta de **aprovação do cronograma das comissões e plenárias de 2026**, com definição antecipada de datas e horários, prevendo a realização das comissões uma semana antes das plenárias. Por fim, debateu-se a questão do transporte, em razão de atrasos recorrentes, sendo proposta a formalização de ofício à Secretaria responsável e a realização de reunião para alinhamento do serviço para o ano de 2026. Volsiú Reforçou a necessidade de o Conselho dispor de autonomia em relação ao transporte, sem dependência de demandas de outras áreas da Secretaria. A secretaria executiva esclareceu que embora haja disponibilidade de veículos, a principal limitação é a escassez de motoristas, especialmente habilitados para condução de veículos grandes e adaptados, Volsiú declara que a questão deve ser resolvida de forma estruturada pela administração, por impactar diretamente o funcionamento das atividades do Conselho, mesmo com o avanço, registrou-se a ampliação do horário do transporte das 15h para as 17h, possibilitando a realização das reuniões no período das 13h30 às 17h. Quanto à organização dos trabalhos, debateu-se a necessidade de separação entre reuniões de comissão e plenária, a fim de permitir aprofundamento prévio das pautas nas comissões, garantindo que os temas cheguem à plenária devidamente amadurecidos para deliberação. Destacou-se que a realização de ambas no mesmo dia pode comprometer a qualidade das discussões. Reconheceu-se que tal organização exige maior disponibilidade dos conselheiros, prática já adotada em outros conselhos, como o CMAS, sendo considerada necessária para o adequado andamento das atividades, especialmente em análises legislativas, monitoramento e elaboração de propostas. Apresentou-se o calendário de 2026, mantendo-se as plenárias na última segunda-feira de cada mês, com a primeira prevista para 23 de fevereiro. Em razão do período reduzido e da quantidade de conselhos acompanhados, não haverá comissão em fevereiro. As comissões iniciarão em março, com a primeira marcada para 16 de março e plenária em 30 de março. Esclareceu-se que as comissões poderão ser organizadas por áreas temáticas, como legislação e monitoramento, sendo que esta última demanda mais tempo, com visitas em datas próprias e apresentação de relatório posterior em plenária. A principal preocupação quanto ao calendário refere-se ao transporte, propondo-se o encaminhamento de cronograma fechado à Secretaria e à coordenação de transporte, para avaliação prévia de viabilidade e compromisso com as datas. Sugeriu-se manter fixas apenas as datas das plenárias e das atividades de monitoramento, que efetivamente demandam uso de veículo. Após discussão, foi submetida à votação a manutenção de datas separadas para comissão e plenária, prevalecendo o entendimento de que essa organização é a mais adequada para assegurar quórum, participação efetiva e qualidade dos trabalhos. Na sequência, procedeu-se à **aprovação do regimento interno**, a secretaria executiva apresentou sugestões de ajustes, sobretudo para adequação ao marco regulatório vigente. Destacou-se a necessidade de revisão de pontos como a definição de quórum, a distinção entre Conselho e conselheiros e a definição do código de ética a ser adotado. Ressaltou-se que o regimento interno deve estar em consonância com a lei de criação do Conselho, sem reproduzir dispositivos legais, limitando-se a estabelecer diretrizes gerais e referências, de modo a evitar o engessamento do funcionamento do órgão. Diante disso, houve consenso de que o regimento não poderia ser aprovado naquele momento, por não ter sido previamente analisado pela comissão de legislação. Como encaminhamento, definiu-se que a comissão analisará o texto, as sugestões apresentadas e a legislação pertinente, elaborando proposta preliminar para posterior discussão em plenária. Sugeriu-se, ainda, que a comissão

conte com apoio técnico especializado, como o da profissional Bernadete, com experiência em legislação e regulação, cujos trabalhos em outros conselhos, a exemplo do CMAS, podem subsidiar a padronização de temas como quórum e deliberações. Abordou-se também sobre a a composição das cadeiras das organizações da sociedade civil, reafirmando-se que cabe ao fórum das OSCs conduzir o processo eleitoral, incluindo a publicação de edital e a organização da eleição, observada a paridade legal. **Agenda livre:** Foram apresentados informes sobre o Banco de Empregos, destacando-se iniciativa desenvolvida junto a empresas do município para qualificar e tornar mais responsável o encaminhamento de pessoas com deficiência. O objetivo é evitar frustrações, mediante a definição prévia do perfil das vagas e das limitações compatíveis, possibilitando encaminhamentos mais assertivos. Informou-se que oito empresas participaram da ação piloto, receberam orientações formais, currículos e assumiram o compromisso de prestar retorno, havendo registros de contratações imediatas e fortalecimento do vínculo com o Conselho, inclusive com exigência de cadastro prévio dos candidatos no Banco de Empregos. Debateu-se, ainda, a importância do feedback das empresas ao término dos processos seletivos, a fim de evitar expectativas prolongadas e a manutenção de vagas abertas apenas para cumprimento formal de exigências legais. Destacou-se a necessidade de responsabilização das empresas, com definição de prazos razoáveis para o preenchimento das vagas destinadas a pessoas com deficiência.Por fim, ressaltou-se que a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho demanda esforço conjunto, articulação institucional, planejamento e persistência, sendo imprescindível o compromisso efetivo das empresas, aliado às políticas públicas e à conscientização social, para a consolidação de uma cultura inclusiva. **Correspondências Recebidas:** Não Houve. **Correspondências Expedidas:** Oficio n.º 040/2025/COMPED para Prefeita Carmem Emília Bonfá Zanotto; 041/2025/COMPED para Secretária Inês das Graças Salmória; Ofício 042/2025/COMPED para o Presidente do CMAS José Amarildo Farias; ofício 043/2025/COMPED para o Presidente Anderson Packer do CMS - convite para compor a mesa de autoridades do Encontro Estadual dos Conselhos Municipais com Deficiência e oficio 044/2025/COMPED para a secretaria Suzana Morais Duarte convite para participação em Sessão Plenária Ordinária. Encerrou a reunião, eu Maria Claudia Antunes Willemann lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será colada em livro próprio de atas. Wagner Arruda Andréia T. Levitte Maria P. Bonacini Mateus Barbosa Bordeire, Laurinara V. Bonna Valesca N.

Andréia Terezinha Levitte
Presidente COMPED

Sheyla Cristina Moreira de Oliveira S. dos Santos